

**Políticas de Educação/Formação:  
Construção do Espaço Educativo Europeu**

**Presidente da Mesa – Rui Alarcão**

**CONFERÊNCIA**

## Políticas de Educação/Formação – Construção do Espaço Educativo Europeu

Carlos Zorrinho\*

Queria, em primeiro lugar, agradecer esta oportunidade de vos poder falar sobre um tema, que é um tema crucial e crítico, como é o tema da educação e da formação, no contexto da Estratégia de Lisboa. É também uma oportunidade de voltar ao Conselho Nacional de Educação, uma prestigiada instituição, da qual fui membro ainda que de forma efémera, julgo que ao longo do ano de 2000.

A Estratégia de Lisboa tem, como ideia forte, a ideia de que a Europa, para poder competir no contexto da globalização, mantendo o essencial da sua matriz humanista, não pode ousar competir com base no custo dos factores e em particular no custo salarial. Tem que competir com base no valor acrescentado, com base no conhecimento e com base no capital humano. E, por isso, uma Europa baseada no conhecimento é uma Europa que tem como factores críticos de afirmação a dimensão/formação, a dimensão/qualificação, a dimensão/competência, a dimensão e capacidade de incorporar qualificação e competência nos processos produtivos. Esta é, claramente, a chave para que a Europa possa continuar a ser fiel ao projecto europeu. Porque, efectivamente, o projecto europeu tem um conjunto de matrizes, nomeadamente um conjunto de matrizes culturais. Julgo que sintetizaria esta perspectiva, para não ser polémico, numa matriz humanista, a qual implica uma aposta nas pessoas e não uma aposta na produtividade ou num modelo económico, apenas. E essa aposta nas pessoas implica, fundamentalmente, como critério básico, o critério da formação e da qualificação.

Gostaria, nesta minha intervenção, de falar genericamente da aplicação deste conceito genérico, da economia baseada no conhecimento, da afirmação da Estratégia de Lisboa no quadro português, no nosso

---

\* Coordenador Nacional para a Estratégia de Lisboa

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego e no nosso Plano Tecnológico. Plano Tecnológico no qual se insere a iniciativa “Novas Oportunidades” de que o senhor Ministro há pouco nos falou, e que é, de facto, a iniciativa central numa nova perspectiva, em termos de formação/qualificação em Portugal. Gostaria, fundamentalmente, de aproveitar esta oportunidade para mobilizar um conjunto de pessoas que são líderes de opinião e líderes de acção, para uma agenda de mudança, para uma agenda de inovação em Portugal, uma agenda que necessariamente tem que ser uma agenda supracíclica, suprapartidária, uma agenda de viragem. Em termos do desafio que o País hoje enfrenta, tem que ser uma agenda para toda a sociedade. É evidente que, em Portugal, os muitos anos de alguma descrença que se foi acumulando obriga a que a perspectiva não possa ser exclusivamente “botton up”. Não podemos esperar apenas que a sociedade se mobilize por ela própria. É muito importante que as políticas públicas possam ser um sinal de mudança, um sinal de determinação e, por isso, elas são muito importantes.

A Europa tomou consciência, no quadro da globalização, de que tinha de enfrentar um desafio fundamental para continuar a ser sustentável no seu quadro humanista. E foi durante a Presidência de Portugal, no ano 2000, que se definiu uma Estratégia para colocar a Europa na primeira linha da competitividade, tendo por suporte a aposta no conhecimento. Todos sabemos que a Estratégia foi aplicada e que previa um conjunto de metas para 2010 e uma reavaliação em 2005. Logo aí identificámos um problema crítico destas estratégias, no contexto europeu e no contexto nacional. Julgo que a Europa tem hoje um problema grave de governação, pois, mesmo que as opções e as políticas sejam correctas, não faz sentido que, nos dias de hoje, com a mudança e a volatilidade de uma estratégia que se percebe que está a falhar os seus objectivos em 2001 e 2002, ela tenha que esperar para ser reavaliada e relançada em 2005, por ser esta a data combinada. Ou seja, o processo de decisão, à escala europeia, e o processo de decisão, à escala nacional e dos países europeus, é incompatível com a volatilidade e com os níveis de mudança da sociedade global. Mas isto é uma nota à parte para vos dizer que, em 2005, se concluiu que os resultados não estavam a ser atingidos. É evidente que se pode fazer outra leitura; o que é que teria

acontecido se nada tivesse sido feito e tivesse acontecido o mesmo que aconteceu: uma recessão global, o aumento dos combustíveis, a entrada da China na OMC? Mas a verdade é que os resultados não foram atingidos. E não foram atingidos, fundamentalmente, por duas razões. Porque as metas eram muito ambiciosas e muito gerais e, rapidamente, se percebeu que elas não iriam ser atingidas e rapidamente os governos desistiram. E, por outro lado, porque as políticas, à escala europeia, são muito interessantes, mas normalmente de nível estrutural, que os governos abandonam com alguma facilidade, quando se confrontam com necessidades e com dificuldades. E foi, então, concluído que, na segunda fase da Estratégia de Lisboa, tinha que haver um muito maior foco. As políticas poderiam ser diversificadas, mas tinham que ter duas consequências-chave – garantir maior empregabilidade e maior crescimento.

Em segundo lugar, teria que haver uma apropriação e um compromisso nacional com a Estratégia. E é daí que decorre a necessidade de cada país ter um coordenador e um programa nacional de reformas. Eu sou o coordenador português. O nosso Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego foi um programa concebido, não como mais um programa. Temos em Portugal muitos programas, muitas vezes muito interessantes mas incompatíveis entre si, incompatíveis orçamentalmente, por vezes com linhas de orientação que se sobrepõem ou se anulam. E a realidade tem mostrado que conseguimos fazer um programa foco, e que o programa, quer se goste ou não dele, tem tido essa utilidade prática. Fizemos um programa que é uma charneira, e uma âncora, a partir das quais se desenvolveu o Plano Tecnológico, se interagiu o Plano de Estabilidade e de Crescimento, se desenvolveu o Plano Nacional de Emprego e que se concluiu, estando agora a entrar-se num processo de discussão pública, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, e se desenhou a base do Quadro de Referência Estratégica Nacional. Um programa âncora, em parceria com a sociedade civil e que tem uma opção clara – a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental que são igualmente importantes. Precisamos de modernizar o estado social, precisamos de ter um País muito mais sustentável, do ponto de vista ambiental, pois temos taxas de eficiência energética muito más, e um conjunto de comportamentos

ambientais que não são de primeira linha, pelo que precisamos de resolver um problema crítico, que é voltar a crescer e ter folga económica para investir na dimensão social e na dimensão ambiental. E, portanto, o foco económico destes programas, nomeadamente o Plano Tecnológico, é um foco para criar folga e capacidade de agir na dimensão social e na dimensão ambiental. Os objectivos-chave deste exercício é reforçar a credibilidade, a confiança, tornar o País mais competitivo, com maior coesão social territorial e ambiental, promovendo a equidade e a igualdade de género. Todos estes quatro pilares são absolutamente determinantes – a credibilidade das políticas públicas, sendo políticas públicas que possam ser supracíclicas, suprapartidárias, cumprindo objectivos e metas difíceis: como o controlo do défice público, fundamental para a credibilidade internacional do País e para o funcionamento saudável da nossa economia. Também o crescimento económico e a melhoria do serviço público, como factor de confiança, a melhoria dos sistemas de inovação, como factor de competitividade, são absolutamente determinantes. Estabelecemos quatro metas de referência global, em termos de crescimento do PIB; controlo das contas públicas, aumento do investimento da investigação e desenvolvimento, a empregabilidade, são taxas de referência para este exercício. Mas o que é fundamental é que tudo isto é um discurso de entendimento consensual na sociedade portuguesa, que, para ter tradução prática, implica estratégia. Implica que se façam escolhas com consequências políticas, porque não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, tem que se saber onde é que se focaliza, que medidas é que têm os financiamentos, como é que se desenha o Quadro Comunitário de Apoio, que é agora, como o próprio Primeiro Ministro tem referido, focalizado, concentrado e selectivo. Seleccionámos, então, em função de quê? Concentramos em função de quê? Em função de uma estratégia que não se esgota nela própria. Ao longo de muitos anos temo-nos esgotado na estratégia. Por vezes temos também ausência de estratégia, embora devamos ter uma base possível de traduzir em acções práticas. A nossa estratégia é muito clara. Trata-se de identificar duas coisas: em primeiro lugar o que nos impede de sermos mais competitivos e mais capazes de crescer e de nos desenvolver. O que é que nós temos que os outros não têm, e que nos compensam o período que vamos ter que utilizar para recuperar, em relação

aos factores em que estamos em desvantagem? Obstáculos à competitividade, desde logo o contexto, o contexto legal, o contexto da administração, o contexto do serviço público, o contexto cultural também, embora esse demore mais tempo a evoluir, mas o contexto, a qualificação e as competências. Sabemos que partimos de uma base muito baixa, somos o 24.º país em qualificações e competências nos vinte e cinco, no último *scoreboard*. Os portugueses assimilam rapidamente e estão muito disponíveis para aceitar a tecnologia, mas falta-lhes a competência para transformar capacidade de uso de tecnologia em capacidade de produção de valor. Também temos problemas no ordenamento global e no ordenamento a todos os níveis. E, como sabem, somos um dos países dos 15 com maiores assimetrias, do ponto de vista social e do ponto de vista territorial, e, portanto, temos também um problema de coesão do ponto de vista de desenvolvimento, pelo que temos de atacar estes cinco problemas-chave. Mas, entretanto, o último *scoreboard* de inovação, diz que Portugal está a vinte anos da média europeia, em termos destes factores! Podemos ter a ambição, queremos ter a ambição de ganhar tempo e, se calhar, de recuperar em dez anos! Seria muito bom! Costumo dizer que o Plano Tecnológico é, sobretudo, uma estratégia para, em dez anos, recuperar a média europeia em termos de factores de competitividade, sabendo que partimos com vinte anos de atraso, e sabendo que os outros não estão parados. Portanto, temos que andar o dobro! O dobro daquilo que estava previsto, para conseguirmos recuperar em dez anos. E, até lá, temos que fazer um esforço muito determinado nestes factores, mas temos que potenciar algumas coisas que o País tem e outros países não têm.

Portugal, do ponto de vista estritamente racional, (vou dizer uma coisa que pode ser um bocadinho polémica), é um País racionalmente inviável que se mostrou ao longo da história muito mais viável do que muitos outros e sobreviveu ao longo de muitos séculos. Porquê? Porque apostou, muitas vezes, nalguns factores diferenciadores que são próprios da nossa matriz. Desde logo, a história mostra uma coisa evidente. Sempre tivemos algum sucesso, alguma capacidade de nos impormos no contexto global, quando fomos centrais, quando nos abrimos ao mundo, quando fomos cosmopolitas. Sempre nos perdemos quando assumimos uma carácter periférico

culturalmente e periférico do ponto de vista dos fluxos comerciais. E, portanto, há uma questão-chave que é o termos que apostar nos nossos três factores de centralidade: os Oceanos, o Território e a Língua (os oceanos factor muito importante que, embora difícil, corresponde a uma oportunidade que temos de trabalhar). Temos que passar do discurso ao trabalho pelo que estamos a desenvolver um estudo com a nova Missão para os Assuntos do Mar, um estudo claro e bem fundamentado sobre o potencial efectivo do *hipercluster* do Mar. Reparem que, sempre que pensamos no Portugal ligado ao Mar, pensamos no Portugal vencedor e, sempre que pensamos no Portugal ligado ao Continente, pensamos no Portugal perdedor. É muito importante termos percepção de que é possível aproveitar esta centralidade em relação aos oceanos. E a história diz-nos que, nos momentos difíceis, sempre usámos essa centralidade em relação aos oceanos para passarmos para ciclos de expansão e para ciclos positivos.

Mas, por outro lado, também somos extremamente centrais, do ponto de vista da logística global, ou seja, pensados à escala europeia somos periféricos, mas pensados à escala global somos centrais. Isso cria oportunidades brutais que podemos e devemos explorar e que justificam alguns investimentos, não justificáveis de outra forma. Não posso agora detalhar estes pontos, mas, dou como exemplos, uma plataforma aeroportuária, a ligação do TGV, o aprofundamento do sistema portuário, a criação das plataformas que estamos hoje a criar. A China escolheu-nos como quinta potência europeia sobretudo pelo potencial logístico que temos, pese embora, também, as ligações culturais, o potencial turístico e a localização geo-estratégica do nosso território.

Temos uma outra oportunidade brutal que é o facto de sermos centrais em relação a uma comunidade linguística, que não tem apenas a ver com os conteúdos na Internet, mas com uma matriz cultural relacionada com uma comunidade linguística à escala global, da qual Portugal é e pode ser estrategicamente uma centralidade. E, portanto, a primeira questão-chave, ao lado dos factores tradicionais, prende-se com uma forte aposta nesta componente de centralidade de Portugal.

A segunda questão resulta de sermos o vigésimo quarto país, em termos de indicadores de qualificação, mas temos algumas características no nosso capital intelectual que podem ser valorizadas. Já que somos desenrascados não vale a pena estudarmos! Não! Não é em vez de! É com! A somar, a fazer diferença a nossa identidade multicultural. Tenho contactado ultimamente com muitos investidores que decidem vir para Portugal. Felizmente, Portugal voltou a estar na rota de algum investimento externo. E é evidente que não são apenas os dois factores essenciais porque tomam essa decisão; é, por um lado, a afirmação de um discurso diferente, ou seja, a determinação de uma aposta diferente de uma economia criadora de valor e, por outro lado, uma outra componente: não é já a componente de custo, já não somos competitivos neste factor custo, mas é a componente risco. Portugal é visto, à escala mundial e à escala global, como um país de baixo risco político e social. E esse baixo risco social também decorre da nossa experiência de convivência multicultural. Há muitas pessoas que acham que é mítica esta identidade, mas, pelo menos, a experiência multissecular de convivência multicultural é muito importante, enquanto afirmação humanística do País, enquanto forma de termos orgulho de sermos assim, mas é também importante em termos do risco associado à nossa economia e, portanto, é também um factor importante. Como é um factor importante a nossa capacidade relacional, a capacidade que temos de nos relacionarmos à escala global, e a nossa capacidade adaptativa, que é muito importante, sobretudo numa altura (e deixem-me dizer-vos isto) em que é muito importante transmitirmos esta imagem, porque é uma verdade. Ao longo dos últimos anos temos sempre feito escolhas. O discurso das reformas está muito gasto, mas temos que fazer algumas reformas dolorosas. O que está em jogo já não é inverter ligeiramente a tendência para voltarmos a subir, ou não fazermos quase nada de essencial e estrutural e derrapar ligeiramente. A questão é que já não estamos nesta fase. A alternativa para Portugal, nos próximos dez anos, é entretrecomeçar, de facto, a recuperar ligeiramente ou ter uma rotura (temos tido muitas ao longo da história), uma rotura significativa. E, portanto, significa que esta capacidade adaptativa para uma rotura, no sentido positivo ou no sentido negativo, é um dado com que temos que contar. Temos que tentar, sobretudo explorar a capacidade que os portugueses têm. Os portugueses

são mais resistentes à pequena mudança. Façam também a vossa própria análise; somos todos mais resistentes à quebra da pequena rotina do que à quebra da grande rotina. Somos capazes de emigrar e adaptarmo-nos a outro contexto, somos capazes de mudar de emprego e adaptarmo-nos a outro contexto, mas somos muito incapazes de mudarmos o nosso pequeno horário, a nossa pequena rotina e a nossa pequena forma de fazer as coisas. Essa capacidade adaptativa pode ser vista, também, como uma oportunidade importante, neste quadro.

As prioridades estratégicas que definimos para o nosso programa nacional de reformas foi, em primeiro lugar, apostar claramente na melhoria das qualificações, na modernização do modelo de formação inicial, na requalificação de activos e criar uma nova base de competências para a economia e para o serviço público. Depois, aumentar a competitividade, reforçando o desenvolvimento científico e tecnológico e a capacidade de inovar. Curiosamente, ao contrário do que todos nós pensamos, e dizemos, que Portugal tem falta de capacidade de risco e de empreendedorismo, a verdade é que há falta de empreendedorismo sustentado, mas, curiosamente, o último *scoreboard* de inovação mostra que estamos em segundo, terceiro ou quarto lugar em matéria de índices de criação e lançamento de novos produtos para o mercado. O que é que nos falta? Falta capacidade de produzir em massa, de endogeneizar aquilo que inventamos, capacidade de registar aquilo que inventamos e colocar no mercado global. Ou seja, falta-nos dimensão, do ponto de vista do sistema competitivo, do sistema de qualificações e competências, para tirar partido da capacidade adaptativa e inventiva que temos. Essa é uma questão absolutamente determinante. Falta-nos modernizar a administração e garantir o equilíbrio das contas públicas, como factor de credibilidade. Mesmo que não escolhêssemos, a União Europeia obriga-nos a escolher esta quarta prioridade estratégica, embora entenda que devemos ser nós a escolhê-la, de uma forma activa e pró-activa, também como forma de sustentabilidade do sistema de protecção social. Por isso, definimos sete políticas que estão no nosso programa e que agora não vou detalhar. Essas sete políticas podem, também, ser lidas ao nível de três programas-chave e dos três programas estruturantes, do ponto de vista da aplicação das sete políticas. A este PNACE afectámos três

programas: o Plano de Estabilidade e Crescimento, para dar resposta à dimensão macro-económica, o Plano Tecnológico para dar resposta à dimensão micro-económica, e o Plano Nacional de Emprego para dar resposta à dimensão da coesão social da empregabilidade. O Plano Tecnológico é um plano de mobilização, baseado no conhecimento, na tecnologia, na inovação, e cujo objectivo fundamental é transformar Portugal numa economia dinâmica e inovadora. Só com dinâmica, abertura, com fluxos de modernização permanente e inovadora podemos competir na economia global.

A designação Plano Tecnológico tem uma história. Como sabem, houve um governo que apostou no choque fiscal e houve uma oposição que apostou no choque tecnológico e que ganhou as eleições. Falando em choque, tem-se a ideia de que, com ele, tudo se resolve, o que não é verdade. As mudanças, do ponto de vista da base competitiva, demoram muitos anos. Daí o ter-se transformado choque em Plano. E Plano Tecnológico é hoje uma marca assumida, de que toda a gente fala. Mas a designação Plano Tecnológico tem algum risco, pelo que queria esclarecer apenas duas coisas que acho importantes. Por um lado, o conceito de plano. Trata-se de um conjunto de referências indicativas e de compromissos das políticas públicas. Mas nenhuma medida importante e fundamental deve deixar, em nenhuma circunstância, de ser posta em prática, só porque não está no plano. E nenhuma medida, que se verifique como não necessária, que se torne supérflua, cuja avaliação e monitorização demonstre que não está a dar resultados, deve ser prosseguida só porque está no plano. O plano é uma referência, mostra uma coerência global, mas é um plano indicativo. (O conceito tecnológico também não é tecnologia de informação-comunicação, embora, na última semana, com a associação forte à banda tecnológica, Bill Gates tenha associado um pouco esse conceito à Microsoft). Tecnologia é a maneira de fazer as coisas, são novos processos, novas competências, novos produtos, novos sistemas de venda, novos modelos de acesso ao mercado e também novas tecnologias de informação e comunicação. O Plano Tecnológico assume esta dupla dimensão, a de fazer diferente, criando valor com um conjunto de referências, que são compromissos para as políticas públicas e que são compromissos que se

traduzem na orientação do Orçamento Geral do Estado, na reorientação de prioridade do Orçamento Geral do Estado e na definição do Quadro Comunitário de Apoio, como todos ouviram o senhor Ministro do Ambiente, coordenador da aplicação do próximo Quadro Comunitário de Apoio referir, explicitamente, que ele seria direccionado, prioritariamente, para as medidas que são compatíveis, compatíveis com a filosofia de intervenção da Agenda de Lisboa e do Plano Tecnológico.

É muito importante referir que o Plano Tecnológico obedece a uma matriz. Essa matriz conceptual ajuda a explicar, primeiro, porque é que as medidas lá estão, mesmo quando algumas delas são pequenas, e segundo, porque é que novas medidas podem ser ou não do Plano Tecnológico. Porque é, sobretudo, isso que faço todos os dias, quando recebo muita gente da sociedade civil que tem muitas ideias, que tem projectos, utilizar a minha matriz de classificação para dizer que isto é Plano Tecnológico ou isto não é Plano Tecnológico. Pois, é com base na matriz que vamos apostar, fundamentalmente, em medidas, em três eixos: melhorar a base de conhecimento, melhorar a base tecnológica e criar sistemas inovadores que possam potenciar a base de conhecimento e a base tecnológica para o mercado. Para isso, foram criadas metas. O senhor Ministro já falou há pouco, por exemplo, na questão do conhecimento, cuja meta de qualificar um milhão de activos, em 2010, é absolutamente fundamental, pois sem ele não podemos modernizar a nossa economia. É fundamental por razões sociais, porque é uma maneira das famílias valorizarem o conhecimento e, muito importante também, para que as novas gerações estejam mais abertas à aquisição do conhecimento, como factor de afirmação na vida. Sabemos que, em Portugal, temos esse problema, o da não percepção da importância do conhecimento como factor de afirmação, no contexto da sociedade. Portanto, é uma forte razão para mudarmos e para tentarmos perceber que não podemos modernizar o País com 20% do nosso exército de activos. Temos, pois, que requalificar e temos que fazer esta mudança com os activos que temos, o que é factor absolutamente determinante, tal como o senhor Ministro referiu há pouco.

Temos como meta garantir que, no escalão etário dos vinte e quatro anos, cerca de 75% da população termine o ensino secundário e aumentar o número de investigadores para 5,3% por cada mil habitantes. Enfim! Um conjunto de metas para potenciar o conhecimento, para potenciar a tecnologia, designadamente, a duplicação do investimento público em investigação e desenvolvimento, sendo certo que esta duplicação pode contribuir para o aumento da base de conhecimento. Nós e a Europa temos de conseguir que aquilo que investimos em investigação e desenvolvimento, até 2010, tem de ter uma consequência clara, do ponto de vista do acréscimo de valor, da competitividade da indústria e da criação de riqueza, esta é muito importante (reafirmo) em termos da dignidade da pessoa humana. E porque o conhecimento não ocupa lugar, como diz o ditado, pode ser asfixiante, do ponto de vista da criação de dinâmicas de crescimento, que elas próprias depois vão alimentar. Até porque 3% do PIB é tanto maior quanto maior for o PIB e, portanto, temos que ser capazes de pôr tudo isto, que é importante para a sociedade, a trabalhar, também, para as dinâmicas de crescimento. No contexto macro-económico em que vivemos, sem crescimento somos asfixiados pelo controle das contas públicas e não temos capacidade de modernizar, nem o estado social nem a economia. E há, aqui, uma chave fundamental, assumida na Estratégia de Lisboa, uma chave fundamental na empregabilidade, associada à mobilidade, sempre associada à mobilidade e, naturalmente, ao crescimento.

Há também um conjunto de metas, menos centrais para o tema desta intervenção, mais ligadas a dinamizar os sistemas de inovação. Ao longo dos últimos anos, sabemos que todos os governos fizeram uma aposta no conhecimento, uma aposta no desenvolvimento científico, maior ou menor, e uma aposta nos sistemas de inovação. Não se inventa a roda, temos é que perceber porque é que essa aposta, feita aos longo dos últimos anos, teve alguns bons resultados, embora não tivessem sido resultados estruturais. Temos, em todas as áreas da nossa economia, em todas as áreas da sociedade, excelentes exemplos e excelentes boas práticas. Há empresas, absolutamente únicas, que competem à escala global, universidades, centros de investigação e equipas de investigação de grande qualidade. O nosso problema não é não termos uma camada de excelência, mas o facto de a

nossa camada de excelência ser muito fina, ou seja, o não conseguirmos, que essa dinâmica passe para a sociedade e seja estruturante da sociedade. E porque é que isso aconteceu? Talvez por inabilidade de quem conduziu as políticas públicas, ou porque o terreno não está preparado, ou como na parábola da semente, a semente não caiu em bom terreno. Temos que perceber que a semente, aquela semente que fazemos no desenvolvimento científico, no conhecimento, na inovação, tem que cair em bom terreno, temos que preparar o terreno. Ou seja, precisamos de, por um lado, ter um sistema de regulação, um sistema institucional, políticas transversais, pois sabemos como estas políticas foram, quase sempre, marginais aos sistemas de governação.

Em segundo lugar, precisamos de criar dimensão. Temos um problema crítico de dimensão para a internacionalização, pelo que temos aqui que apostar muito. A questão é que as nossas PME's têm que funcionar em rede, as nossas universidades têm que funcionar em rede, os nossos laboratórios têm que funcionar em rede, os nossos empreendedores têm que funcionar em rede! Uma das perguntas que mais vezes faço aos muitos empreendedores que me contactam é, exactamente, porque não tentam o mercado internacional? Isto porque para os grandes investidores internacionais não compensa vir para Portugal, porque são tão poucas ideias, são tão poucos projectos, que os custos de transacção não são assimilados! Ou seja, precisamos ter bolsas de empreendedores a procurarem, globalmente, aceder aos fundos internacionais! Essa é questão-chave, é a questão da dimensão! Temos que internacionalizar com dimensão; por exemplo, o QREN vai valorizar muito candidaturas em rede, pelo que é fundamental que se valorize a prática de rede. Por outro lado, temos também que criar mecanismos alternativos de financiamento para colmatar as falhas do mercado nestes domínios que sabemos que existem fortemente. Esta matriz tem três dimensões transversais e três dimensões verticais que enquadram a filosofia do Plano Tecnológico. Uma medida pode ser do Plano Tecnológico, se for para reforçar a rede e a dimensão e se apoiar uma dimensão de inovação, conhecimento ou tecnologia, se criar condições para um melhor financiamento das actividades baseadas na inovação, no conhecimento e na tecnologia. E é neste contexto que foram

seleccionadas mais de duzentas medidas de referência que existem, que estão no site, e que podem ser consultadas. Entretanto, foram seleccionadas oitenta e uma medidas que são medidas exemplificativas, estruturantes, para preencher cada um destes seis blocos ou, destes, nove blocos de cruzamento das três áreas pelas dimensões transversais.

Depois, tinha aqui um conjunto de medidas que são medidas exemplificativas da dimensão “instituições e ambiente”, de negócios para fundamentar o conhecimento, da componente para a introdução do inglês, da formação contínua, da melhoria do ensino da matemática, das ciências, do ensino experimental, da língua portuguesa, e do Processo de Bolonha. Não iria agora exemplificar com as medidas. São muitas as medidas aqui referidas: umas mais ligadas à área da inovação e outras mais ligadas à área da tecnologia. Deixem-me usar apenas um minuto para explicar ou, pelo menos, tentar transmitir uma mensagem associada ao Instituto de Investigação e Desenvolvimento Portugal/Espanha, porque acho que é um bom exemplo. Foi uma oportunidade que se aproveitou, numa cimeira luso-espanhola, em que se procurou encontrar uma decisão que marcasse claramente a aposta dos dois governos, Português e Espanhol. Como sabem, Espanha tem um programa *Ingenio*, nós temos o Plano Tecnológico, uma aposta nestas áreas, na inovação, que, aliás, vai permitir outras redes que estamos a desenvolver muito fortes com Espanha, do ponto de vista da investigação e do ponto de vista dos laboratórios, mas, neste caso, o Instituto é um caso que julgo que é paradigmático. Todos sabemos que está em desenho o sétimo programa quadro para a ciência e a tecnologia, que é parte do chamado Programa Comunitário de Lisboa, e sabemos também que muitos países entendem que, havendo alguns países que ainda têm em regiões objectivo I e objectivo II e que têm fundos estruturais, esses países devem orientar esses fundos para uma componente forte no domínio da investigação e desenvolvimento, e que, por isso mesmo, o Programa Comunitário de Lisboa deve ser, sobretudo, direccionado para aquilo que é designado por centros de excelência. Isto nunca é escrito, porque implicaria assumir uma coisa que não pode ser aceite, ou seja, os fundos estruturais não são uma compensação exactamente por uma assimetria de partida, ou seja, por um choque assimétrico que decorreu da entrada dos países menos

desenvolvidos no contexto europeu, e são! Não são em vez de..., são a somar com... e, portanto, implica claramente isso. Mas isto também cria um problema fundamental: é que nós, possivelmente, a partir de 2013, teremos menos fundos específicos afectos a Portugal. Os outros países também terão, pelo que temos que preparar a nossa sociedade para competir directamente nos fundos comunitários. É nestes sete anos que não podemos ficar adormecidos, na possibilidade de termos fundos, que são fundos específicos para nós e temos que nos preparar para competir à escala global. É evidente, também, que ninguém escreve isto, mas depois, quando se desenham os regulamentos, os regulamentos têm algumas linhas, algumas regras que, no fundo, traduzem isto. Ora tínhamos duas hipóteses possíveis: Fazer um protesto: “Portugal, Espanha, Itália protestam contra os regulamentos do sétimo programa-quadro. A União Europeia não está a cumprir o princípio da equidade em todos os países”, ou então pensar noutras coisas! São estas as regras do jogo? Então é para estas regras do jogo que temos que nos preparar! É assim que vai ser jogado o jogo? Então vamos ter oportunidade de criar um instituto, que tem duzentos investigadores, um terço de portugueses, um terço de espanhóis, um terço de estrangeiros e trinta milhões de financiamento! Então vamos criar um instituto que pode jogar o jogo, e vamos criar mais parcerias para poder jogar o jogo! Não posso ainda detalhar, mas nos próximos meses, a comunidade científica vai assistir à possibilidade de ter grandes oportunidades de criação de redes: redes entre empresas, universidades, centros de investigação e centros de excelência internacionais, exactamente para criar núcleos competitivos que possam jogar o jogo! Que possam jogar o jogo! Agora e depois! Isso é absolutamente determinante para termos uma atitude afirmativa no contexto, na União Europeia.

Convidava-vos a visitarem a partir de quarta-feira, o nosso novo site, herdámos um site com alguns problemas (como sabem), mas já temos um novo: [www.planotecnologico.pt](http://www.planotecnologico.pt), também [www.cnel.pt](http://www.cnel.pt), onde temos todas as medidas e muitos documentos interessantes.

De qualquer maneira, queria dizer-vos que penso que Portugal, hoje, tem um conjunto ordenado de instrumentos de planeamento no Plano

Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território que está em finalização, que se integra no Plano de Lisboa e no Plano Tecnológico, que se integra com a base financeira, ou seja, com o Quadro de Referência Estratégica Nacional. Temos hoje uma estratégia global de desenvolvimento sustentado e uma vontade e uma determinação muito forte de concretização destes instrumentos que não se anulam uns aos outros. Eles são compatíveis entre eles e com alguns compromissos, com o da estabilidade financeira, que é sempre uma coisa que normalmente se esquece quando se desenvolvem e se estabelecem planos para investir ou para aumentar a despesa e nunca para fazer a contrapartida, do ponto de vista da receita. Temos, pois, um conjunto de referências para mobilizar os portugueses, para focalizar as políticas públicas, para reorientar o investimento público e privado. Evidentemente que a reorientação do investimento privado é meramente indicativo para alinhar os programas de financiamento. O nosso papel fundamental é de focalizar as políticas públicas, é de garantir a reintegração do investimento público, é de garantir o alinhamento dos problemas de financiamento e é de vos pedir ajuda, porque não consigo chegar aos dez milhões de portugueses para, que com sentido crítico, mobilizemos a sociedade para este desafio que é um desafio de todos e no qual a formação e educação são a base de tudo.



COMENTÁRIO



Alberto Amaral\*

Quero começar por agradecer ao Prof. Carlos Zorrinho o seu discurso de esperança, pois bem precisamos dela.

Aliás, quando discuti este programa das “Novas Oportunidades” com o Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Dr.º Fernando Medina, disse que não são Novas Oportunidades é a última oportunidade, porque, ou Portugal resolve grande parte do seu atraso em matéria educativa no próximo quadro comunitário de apoio, ou, se calhar, não vai a lado nenhum. Portanto, diria que isto é a última oportunidade.

Quando comparámos os indicadores relativos à educação que herdámos no 25 de Abril, vemos que estávamos numa situação trágica, porque havia imenso analfabetismo, estávamos atrás de todos os países europeus, atrás da Turquia, designadamente, e isto criou ao país um enorme conjunto de problemas. Durante estes trinta anos fizemos imensos progressos, nomeadamente, criando uma alta taxa de escolarização a nível do ensino superior; mas tínhamos essa herança do passado e, se nós andámos, os outros também andaram. Se olharmos hoje para os indicadores, estamos exactamente na mesma posição relativa; estamos no último lugar da Europa, atrás da Grécia, ligeiramente atrás da Turquia e esse é um drama que temos de resolver.

Também gostei do apoio que deu a uma minha posição sobre Bolonha. Há uma questão que tenho com a Comunidade Europeia que se prende com o facto de a Estratégia de Lisboa se ter “apropriado” do Processo de Bolonha. O Processo de Bolonha é fundamental para a Estratégia de Lisboa, embora alguns colegas da Comunidade Europeia digam que sou maluco, que não há qualquer ligação entre Bolonha e a economia mas, na verdade, vejo que também para si isto é um facto, que foi aquilo que aconteceu. E a Europa tem, como aqui foi salientado, dificuldades de coordenação complicadas, porque não tem um modelo de desenvolvimento consensualmente aceite pelo Estados-membros. Há claramente uma aposta,

---

\* Conselheiro do Conselho Nacional de Educação

por um lado, na manutenção e na salvaguarda, dentro do possível, do modelo social europeu tradicional, e por outro lado, uma visão muito mais neo-liberal, que é a visão de Blair e seus associados. E isto conduz a uma indefinição. A Europa tem dificuldades de se mover neste quadro, em que não existem nem ideias nem modelos precisos do desenvolvimento. Para complicar as coisas, a Europa enveredou por intervir em determinadas políticas que os tratados reservam para a exclusiva decisão dos Estados. E, portanto, foi preciso inventar um método para pôr isso em funcionamento, o chamado método de coordenação aberta, mas que como um método de coordenação deixa muito a desejar. No novo método de coordenação, em vez de leis comunitárias, de âmbito europeu, passou a pedir-se a cada Estado para implementar leis de âmbito nacional para atingir os objectivos definidos a nível central, o que se torna complexo porque cada governo também tem a sua agenda nacional. Portanto, há um panorama claro de dificuldades a nível europeu, não só por falta de um modelo bem definido de desenvolvimento mas, também, por dificuldades de coordenação.

No caso português, adaptámos uma estratégia e um modelo de desenvolvimento perfeitamente estúpido, baseado na baixa qualificação da mão-de-obra e na patética ideia de que, concentrando recursos em Lisboa, íamos competir com Madrid. Portanto, temos hoje um país com enormes assimetrias em termos de investimento, nomeadamente, em investigação científica. Como exemplo, a zona de Lisboa representa qualquer coisa como 60% de todo o País, em termos de investimento e de recursos humanos em investigação o que, de novo, é algo que terá de ser invertido. E temos um problema complicado que é o baixo nível educativo da generalidade da população portuguesa, uma vez que 80% dos activos tem, quando muito, nove anos de escolaridade, e destes 67% tem apenas a instrução primária.

Além disso, um dos factores determinantes para que os jovens prossigam os estudos no ensino superior tem mais a ver com o capital cultural das famílias do que com o capital económico, o que foi reforçado por uma política de desenvolvimento baseada em mão-de-obra pouco qualificada, garantindo emprego sem formação elevada. Esta falta de encorajamento para o prosseguimento de estudos tem muito a ver com a

nova sociedade portuguesa posterior ao 25 de Abril e com o modelo de desenvolvimento adoptado. Há trabalhos de investigação que mostram, por exemplo, que as expectativas de ganhos futuros dos filhos das famílias de mais baixos recursos são menores do que as dos filhos das restantes, com maiores recursos. Este é um problema que temos de resolver e em pouco tempo, embora seja difícil, devido ao baixo nível geral de formação dos que são hoje os pais dos candidatos ao ensino superior.

Isso cria uma outra dificuldade, que consiste em muitas vezes as universidades estarem a produzir em avanço em relação aos pedidos do mercado de trabalho. Em Portugal, na totalidade do sector privado, nas empresas, há menos de cem doutorados! Não me enganei, há menos de cem doutorados colocados! E o sistema de ensino superior está a produzir cerca de novecentos novos doutorados por ano que as instituições de ensino superior já não contratam, porque também já parou o crescimento do número de alunos para ensinar. Temos, assim, um problema complicadíssimo para resolver. Sem os doutorados não vamos a lado nenhum, sendo certo que estamos numa fase em que eles também têm enormes dificuldades de emprego, o que causa grandes tensões em termos de financiamento.

Quanto às metas de Portugal para 2010, acho que são as possíveis, embora abaixo das metas comunitárias. Temos ainda que estar atentos ao modelo de Espaço Europeu de Ensino Superior que a Comunidade Europeia pretende desenvolver que será, na minha opinião, um modelo claramente estratificado, em que vai haver uma aposta num conjunto restrito de instituições de excelência. Receio que Portugal, com a distribuição de fundos equitativamente por todas as instituições, nunca lá chegará. Por exemplo, a Alemanha vai fazer um investimento muito forte em diversas universidades de excelência. Na Holanda, as três universidades tecnológicas decidiram federar-se para aparecerem a concorrer a nível Europeu com uma base de doutorados muitíssimo mais importante do que a de cada instituição isolada. Esta é uma questão a que temos que estar atentos. Há alguns sinais preocupantes, como aquele célebre documento da União Europeia chamado *The Best Use of Resources*, onde se refere que, em termos de eficiência, os

países mais atrasados em relação à fronteira tecnológica devem dedicar-se aos ensinos primário e secundário, deixando o ensino superior para os países mais avançados. Há também a implementação de um sistema de acreditação europeu, baseado provavelmente num conjunto de agências múltiplas, públicas ou privadas, reconhecidas por uma organização central, e a ideia de que, depois, as instituições de ensino superior de cada país poderão escolher a agência onde se sentirem mais confortáveis. Significa, provavelmente, que haverá uma agência para Oxford e Cambridge e umas tantas instituições de excelência, que haverá agências para instituições de natureza mais regional e por aí abaixo e, portanto, o próprio modelo de acreditação da União pode levar ao desenvolvimento de um sistema estratificado. E temos um outro sinal que é facto da Comissão Europeia ter encomendado um estudo para transpor para a Europa o modelo de classificação das universidades americanas. Portanto, Portugal terá que se precaver nesta matéria.

Porém, o discurso que foi feito pelo Professor Carlos Zorrinho foi um discurso de esperança, um discurso onde eu vejo vários sinais para termos esperança. E um elemento extremamente importante para o êxito final será a coordenação dos ministérios e o rigor da implementação. A minha experiência de vida está recheada de situações profissionais curiosíssimas nesta matéria, está cheia de exemplos que mostram que os ministérios se guerreiam entre si, tal como as faculdades das nossas universidades, sendo difícil coordenar a actividade nesta matéria. Por outro lado, é fundamental que o Governo tenha coragem para apostar no rigor e na qualidade. Ao longo destes trinta anos de expansão do ensino superior, gerou-se imensa mediocridade e falta de qualidade. Verificamos a existência de instituições pouco viáveis, a aprovação de cursos sem o mínimo de qualidade e tudo o mais que possam imaginar. Vi despachos de ministros a criar instituições de ensino superior, num andar de uma rua, no número 27, 2.º Esquerdo de uma rua, como é que isto foi possível? Portanto, temos também que ser um país com muito rigor, um país que tem que ter uma estratégia bem definida, que tem que ter metas bem definidas, que tem de ser rigoroso, e que tem de resistir às pressões das instituições, das corporações, dos autarcas, dos próprios partidos. É a última oportunidade! Será agora? Espero bem que sim, para nosso bem e para bem dos nossos descendentes.

Rui Alarcão\*

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite, congratular-me com a realização deste seminário que é extremamente importante, felicitar os intervenientes da sessão de abertura e desta primeira conferência, e dizer uma palavra sobre um aspecto que aparece aqui no programa e que esteve explícito e implícito nas considerações que foram feitas, que é a construção do espaço educativo europeu – educativo, num sentido muito amplo.

Julgo que, realmente, isso é um objectivo primordialíssimo, mas complexíssimo e em que é preciso voluntarismo (mas não basta voluntarismo).

O excesso de voluntarismo leva, muitas vezes, à frustração. Veja-se a questão do Tratado Constitucional Europeu. Diz-se que a história não ensina nada, mas isso é o que dizem os filósofos da história, porque o cidadão comum sabe que ensina mesmo, e convém ter isso presente. É, por isso, necessária alguma prudência em tudo isto e ter em conta, nomeadamente, o princípio, que acho que é sagrado, da diferenciação europeia.

A Europa é muito mais diferença do que unidade. E a unidade europeia não pode esconder (precisamente à Europa) aquilo que a Europa tem de original no mundo, que é a sua enorme diferenciação. Acabar com essa diferenciação europeia é *deseuropaizar* a Europa. E é isto que torna a questão extremamente aliciante, mas extremamente complicada. Não podemos também agora atemorizar a tudo isto, é necessário encontrar procedimentos não de unificação (isso seria terrível), mas de harmonização. Essa é realmente uma grande aposta.

Para conseguir esses processos... gostei muito de ouvir o senhor Ministro dizer (porque, realmente, há muitos anos combato, como jurista, a inflação legislativa) que estamos sempre a pedir novas leis – devia ser proibido fazer novas leis e obrigatório aplicar bem as que temos (isto é uma caricatura). De facto é uma ideia muito importante ver se acabamos com a

---

\* Conselheiro do Conselho Nacional de Educação

ideia de que realmente resolvemos tudo por decretos e diplomas. É evidente que é necessário termos uma grande contenção legislativa.

Importante também (das intervenções de hoje, nomeadamente as últimas) é verificar que temos de articular tudo isto com os novos paradigmas do Estado e da Administração. Porque passámos do Estado de Direito para o Estado de Direito Democrático, para o Estado de Direito Democrático e Social e, agora, para o Estado que se chama da Ciência e dos Saberes ou dos Saberes e Competências. Mas, isto obriga a profundas alterações nos paradigmas do próprio Estado e, sobretudo, nos paradigmas da Administração. Este último Governo está sensível a isso e é por aí que se ganha ou realmente se perde.

Falámos muito em esperança. Acho que a esperança não está no catálogo dos direitos fundamentais, mas é um dos direitos fundamentais, ainda por cima a Europa tem uma grande tradição da utopia, e sem utopia não há realidade que valha. Tenhamos esta esperança!

Muito obrigado.